

Amanda Lucílio Oliveira

amanda.lucilio@gmail.com

Modernidade e colonialidade nos museus: A produção da razão moderna e o desafio decolonial

Resumo

Este artigo apresenta sucintamente um estudo desenvolvido sobre a decolonização dos museus. Fundamenta a sua discussão na teoria decolonial sobre a produção da razão moderna e da perspectiva de inerência entre modernidade e colonialidade, analisando as consequências desse fenómeno para os museus. Assim, concentra-se na construção do enquadramento teórico para contextualizar e investigar possíveis fenómenos que enfraquecem e/ou fortalecem a capacidade disruptiva das reivindicações decoloniais, dentro dessas instituições. Essencialmente, insere-se nos debates sobre os estudos pós-coloniais, decoloniais e coloniais, aplicados ao contexto dos museus e procura compreender e refletir criticamente sobre os impactos da persistência da sua herança moderno/colonial.

Palavras-chave: [Museu, Modernidade, Colonialidade, Descolonização, Decolonialidade].

Nota Biográfica

Amanda Lucilio Oliveira é bacharel em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo (2020) e Mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2023).

Abstract

This article succinctly presents a study developed on the decolonization of museums. It grounds its discussion in decolonial theory regarding the production of modern reason and the inherent relationship between modernity and coloniality, analyzing the consequences of this phenomenon for museums. Thus, it concentrates on the construction of the theoretical framework to contextualize and investigate possible phenomena that weaken or strengthen the disruptive capacity of decolonial claims within these institutions. Essentially, it situates itself within the debates on postcolonial, decolonial, and colonial studies, applied to the museum context, and seeks to critically understand and reflect on the impacts of the persistence of their modern/colonial legacy.

Keywords: [Museum, Modernity, Coloniality, Decolonization, Decoloniality].

Biographical Note

Amanda Lucilio holds a bachelor's degree in Art History from the Federal University of São Paulo (2020) and a Master's in Museology from the Faculty of Arts at the University of Porto (2023)

Introdução

Impulsionados pela quase completa emancipação política das ex-colónias, na segunda metade do século XX, os debates decoloniais entraram nos museus de forma persistente e aparentemente irrevogável. Dos desafios colocados pelas reivindicações decoloniais emerge uma questão central para este estudo: quais são os limites e as possibilidades da decolonização dos museus? Esta pergunta e este texto derivam da dissertação realizada no Mestrado de Museologia da Universidade do Porto, orientada por Elisa Nascimento.

Como problematização teórica central, pontua-se que a racionalidade moderna, constituída a partir de 1492 com a conquista da América, é parte fundamental da constituição dos museus e, conseqüentemente, é propagada no ambiente museológico. Esta situação tem-se revelado um obstáculo para os projetos de decolonização dos museus, uma vez que a colonialidade do conhecimento promove uma hierarquização da racionalidade moderna eurocêntrica, em detrimento de outras formas de racionalidade.

Para sustentar tal afirmação e com o objetivo de construir perspectivas fronteiriças de estudo para os museus, recorre-se maioritariamente ao aporte teórico decolonial, produzido pelo Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), considerado por Arturo Escobar como um programa de investigação (2003). Além disso, apresenta-se o conceito central para o grupo: a perspectiva de inerência entre modernidade e colonialidade, que estabelece uma relação com a história dos museus modernos/coloniais. O objetivo foi promover uma reflexão sobre os impactos da agência da razão moderna na intenção decolonial dos museus, além de contribuir com uma perspectiva crítica para o desenvolvimento de estratégias assertivas que possam explorar ao máximo a capacidade decolonial dos museus, minimizando os riscos de uma neocolonização dos conteúdos museológicos.

1. Contextos

As lutas por emancipação sempre existiram, dada a realidade de um mundo conformado por relações de poder. Contudo, os efeitos cumulativos da descolonização do pós-guerra, na segunda metade do século XX, corroboraram novos debates, enunciados por

vozes recentemente emancipadas. No campo académico, o novo cenário retomou discussões políticas sobre a origem do conhecimento que, embora não fosse um tema inexplorado nas Ciências Sociais, redefiniu a perspetiva do debate a partir da mudança no lócus de enunciação (Mignolo, 2005). Dentro deste novo contexto, e corroborado pela criação de novos departamentos voltados para os estudos culturais nas universidades norte-americanas e britânicas, foram intensificados debates sobre o universalismo eurocêntrico e o eurocentrismo epistémico e teórico nas Ciências Sociais (Almendra, 2017).

Esta nova postura, marcada pelo forte questionamento acerca da natureza parcial do conhecimento e das suas implicações políticas, atingiu diretamente a realidade dos museus. As tensões implicadas por este novo cenário histórico, político e social desestabilizaram, não sem resistência, o modelo de museologia tradicional, ligado à formação do Estado-nação e ao conceito de modernidade ocidental, orientado para a educação cívica do seu público (Bennett, 1995). Assentes nos conceitos iluministas, até então os museus mantinham uma posição de autoridade inquestionável. A viragem teórica e reflexiva que se desenvolveu a partir da década de 1960 reorientou o museu para uma posição de autoquestionamento e autocritica sobre os seus fundamentos, além do seu papel social e político (Duarte, 2013).

Para dar conta das relações desiguais promovidas pelo regime colonial nos museus, foi promovida uma série de reflexões sobre as possibilidades de descolonização dessas instituições. Estas possibilidades foram especialmente exploradas no âmbito da curadoria, dos programas públicos, das atividades educativas e dos fóruns de discussão (Cocotle, 2019). Notadamente no domínio das exposições, destaca-se o chamado “ativismo cultural” (Reilly, 2018), termo utilizado para designar práticas de inclusão curatorial de artistas excluídos da cena artística canónica. Contudo, como observou Cocotle (2019), tais mudanças parecem não dar conta dos objetivos, e os museus continuam a promover promessas incompletas de descolonização.

A hipótese é que a dificuldade prática em descolonizar os museus reflecte um paradoxo mal resolvido na sua estrutura, que desconsidera o facto de os museus terem sido concebidos com base numa racionalidade específica. Uma racionalidade que opera pela

manutenção dos seus fundamentos e que, por isso, apresenta limites para a sua própria dissolução. A mesma racionalidade está no cerne dos estudos pós-coloniais e descoloniais, corroborando um cenário obstaculizado pelo que a teoria decolonial chama de colonialidade do conhecimento.

Assim, falar em descolonização não é o mesmo que falar em decolonialidade, uma vez que a primeira não considera a condição de colonialidade inferida pela segunda. Embora não haja consenso sobre as terminologias, o presente estudo entende a descolonização como um esforço de superação do colonialismo, comumente associado às lutas anticoloniais e ao marco político de emancipação (Restrepo & Rojas, 2010). Além disso, sustenta tanto as suas questões como as suas respostas num aporte teórico especialmente centrado no Norte. Embora reconheça as relações de poder implícitas no eurocentrismo, esta abordagem desconsidera tanto a colonialidade quanto a sua outra face, a modernidade.

2. Museus, Modernidade e Colonialidade

Na perspetiva deste estudo, há um deslocamento semântico que remonta a origem do conceito de modernidade para 1492, no período da conquista colonial da América. Embora amplamente desenvolvida pela teoria decolonial, esta perspetiva foi explorada, neste estudo, principalmente pelos autores Enrique Dussel e Aníbal Quijano. De forma geral, Dussel (1993) afirma que, ao confrontar-se com o continente americano, o sujeito europeu não descobre verdadeiramente o sujeito americano, no sentido de compreender a totalidade da sua cosmovisão. Pelo contrário, o sujeito americano é encoberto por um processo de tradução, em que o europeu interpreta esta cosmovisão segundo os seus referenciais de humanidade e civilidade. Com base nesses referenciais, justifica o ato colonial como uma necessidade de humanizar e desenvolver a população americana.

Por um lado, a modernidade tem no seu núcleo racional a ideia de emancipação da humanidade de um estado de imaturidade regional e provinciano para um estado equivalente ao europeu. Por outro lado, a mesma modernidade contém um conteúdo irracional e justificativo da violência, implícito na ideia de modernização. Dussel (1993)

denomina este fenómeno de "Mito da Modernidade". É neste contexto histórico que se fundam os alicerces da razão moderna: o *ego moderno* descobridor e conquistador que se autopromove em nome do Deus cristão para justificar a conquista e colonização da América. Trata-se do *ego conquiro* ("conquisto, logo sou"), que antecede o *ego cogito* ("penso, logo existo"), posteriormente celebrado pela conceção europeia de modernidade.

Enquanto Dussel analisou o processo de formação da razão moderna, Quijano (2005) concentrou-se em examinar os processos históricos que surgiram a partir da conquista da América. Segundo Quijano, as relações de dominação e as violências implicadas não nasceram com esta conquista, mas foram legitimadas pela racionalidade moderna através da ideia de superioridade racial. Este argumento baseia-se na noção de que a raça constitui o alicerce do padrão de dominação entre colonizadores e colonizados, estabelecendo uma nova relação de poder racializada.

Nesse sentido, a categoria de raça desempenha um papel central na experiência colonial, estabelecendo hierarquias inicialmente coloniais, mais tarde replicadas pela colonialidade. Quijano teoriza este novo padrão de poder como *Colonialidade*, articulado com o início da modernidade e a organização colonial racializada da população americana e, posteriormente, mundial.

Portanto, é na constituição deste novo sistema mundo moderno/colonial, capaz de articular relações materiais, intersubjetivas e culturais, que o conceito de modernidade se manifesta (Quijano, 2005). Este período, marcado pela conquista da América, pelo domínio do Atlântico e por um novo paradigma de vida quotidiana, configura a primeira fase da modernidade. A segunda fase é marcada pela Revolução Industrial e pelo Iluminismo (Dussel, 2005, p. 27).

Assim, pela perspetiva decolonial que identifica o início da razão moderna no século XVI, a racionalidade que se consolida no século XVIII, com a ascensão do Iluminismo e da Revolução Industrial, não é nova, mas resulta da secularização de uma razão moderna concebida durante a conquista da América. No seu cerne está a retórica salvacionista da modernidade. A retórica que enfatizou a conversão ao cristianismo no século XVI, idealizada pelo *ego* conquistador europeu, é reorientada no século XVIII para a ideia de

salvação nos termos da conversão à civilização (Mignolo, 2009), período em que os museus e universidades desempenharam um papel central na ideia de modernidade ocidental (Vázquez, 2018).

É também neste período que, devido ao papel central do conhecimento científico, a razão moderna se despersonaliza da sua origem europeia, assumindo contornos de neutralidade e universalidade. A reorientação antropocêntrica que ocorre nesta época atribui ao homem a capacidade de observar o mundo sem ser observado ou representado. Castro-Gómez (2010) chama a isto a *hybris do ponto zero*. Sob uma suposta neutralidade científica, a razão moderna secularizada é universalizada através do imperativo da colonialidade, obscurecendo a sua origem situada e apagando a fase inicial da modernidade na história ocidental.

Assim, no momento em que se funda a concepção de modernidade ocidental, também se estabelece uma episteme que organiza grande parte do *modus operandi* museológico. A relação entre a materialidade dos objetos e o pensamento desencadeou a necessidade de instituições científicas de caráter racional (Brulon, 2020), que foram apropriadas para receber e expor esta construção discursiva. É por isso que este período é caracterizado como a "Era dos Museus" na Europa (Brulon, 2020).

Contudo, esta racionalidade, já secularizada e descontextualizada, continua a ser propagada globalmente, celebrando o desenvolvimento, a democracia e o mercado como condições de modernização (Mignolo, 2009). A sua condição globalizada foi viabilizada pelo padrão de poder estabelecido na América: a colonialidade do poder (Quijano, 2005). Consequentemente, a razão moderna que sustenta os museus modernos/coloniais ainda articula grande parte do seu funcionamento. Atuando sob uma suposta neutralidade, que deriva do cientificismo do século XVIII e do apagamento da modernidade inicial do século XVI, muitas formulações museológicas permanecem circunscritas aos conceitos eurocêtricos de tempo, memória, património e arte.

A decolonialidade, enquanto projeto ético, político e epistémico, procura desvincular-se das estruturas coloniais que persistem no conceito de modernidade ocidental, perpetuando o eurocentrismo e os mecanismos de discriminação (Muñiz Reed, 2019). No entanto, é paradoxal que os projetos decoloniais em museus sejam articulados pela

mesma racionalidade que alimenta o que se pretende combater. Isto não significa que os museus não possam avançar nos seus projetos decoloniais, mas evidencia a necessidade de incluir outras formas de racionalidade. Não se trata de rejeitar a racionalidade moderna, mas de a descentralizar, oportunizando outras formas de modernidade.

3. Estratégias Metodológicas

O estudo orientou-se pelo paradigma *outro*, uma perspetiva elaborada no seio do pensamento decolonial e sob a qual não se pretende estabelecer um novo paradigma teórico, mas questionar os critérios epistémicos da produção do conhecimento académico, articulados ao eurocentrismo e à modernidade (Restrepo & Rojas, 2010). Com base nesta abordagem, a investigação centrou-se na relevância conceptual do binómio modernidade/colonialidade, como forma de construir perspetivas fronteiriças de estudo para o campo museológico.

Defendida como uma ferramenta de decolonização das Ciências Sociais, a perspetiva da modernidade/colonialidade permite analisar e compreender a conformação do sistema-mundo moderno/colonial e a forma como este sistema alcançou uma hegemonia universal. Para além disso, revela a diferença colonial omitida neste processo e ilumina outras histórias, conhecimentos, subjetividades e formas de vida que desafiam essa hegemonia (Walsh, 2007, p. 104).

Desse modo, procurou-se construir um entendimento sobre esta perspetiva de inerência entre modernidade/colonialidade, inicialmente de forma generalizada e, posteriormente, aplicada ao campo museológico, de modo a desenvolver um quadro de discussão para um estudo de caso.

Considerações finais

O presente estudo discutiu como, sob a perspetiva decolonial da modernidade/colonialidade, a forma como os museus foram concebidos, com base numa racionalidade específica, tem representado limitações para as suas intenções

decoloniais. Resgata os fundamentos dessa racionalidade na fase inicial da modernidade, no período da conquista da América, para desvelar a sua componente colonial e considera que a matriz colonial de poder, estabelecida nesse mesmo evento, sustenta a sua continuidade por meio de uma narrativa histórica alicerçada na retórica da modernidade, tornando a relação entre modernidade e colonialidade central e inseparável.

À medida que os museus operam as suas estratégias administrativas, curatoriais e educativas, entre outras, predominantemente através da racionalidade moderna, reafirmam uma cosmovisão eurocêntrica. Nesse sentido, assumir o compromisso decolonial nos museus implica reconhecer a realidade da própria episteme. Embora o problema aqui colocado não se esgote nesta proposição, desconstruir universalismos eurocêntricos por meio da desnaturalização da racionalidade moderna parece ser o primeiro passo para qualquer intenção decolonial.

Agradecimentos

A autora expressa os seus agradecimentos à Professora Doutora Elisa de Noronha Nascimento, que contribuiu para uma experiência académica gentil, de confiança e incentivo no processo de orientação da dissertação que anima este artigo. Estendo também o meu reconhecimento ao corpo docente, discente e demais profissionais que compõe o Departamento de Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Referências

- Almendra, R. S. (2017). Museus, modernidade e colonialidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 29(2). <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/38971>
- Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: History, theory, politics*. Routledge.
- Brulon, B. C. S. (2020). Descolonizar o pensamento museológico: Reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, 1–30. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>
- Castro-Gómez, S. (2010). *La hybris del punto cero: Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Cocotle, B. C. (2019). Nós prometemos descolonizar o museu: Uma revisão crítica da política museal contemporânea. *MASP afterall*, (1).
- Duarte, A. (2013). Nova museologia: Os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, 6(2), 99–117. <https://hdl.handle.net/10216/72755>
- Dussel, E. (1993). *1492: O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Vozes.
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 24–32). CLACSO.
- Escobar, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, (1), 51–86. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>
- Mignolo, W. D. (2005). Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: Lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. *Tabula Rasa*, (3), 47–72. <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1635>
- Mignolo, W. D. (2009). La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). *Crítica y Emancipación*, 1(2), 251–276.
- Muñiz-Reed, I. (2019). Pensamentos sobre práticas curatoriais no giro decolonial.

MASP afterall, (6). <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-oaZHEcCANVB14Q4TP69c.pdf>

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107–130). CLACSO.

Reilly, M. (2018). *Curatorial activism: Towards an ethics of curating*. Thames & Hudson.

Restrepo, E., & Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Universidad del Cauca.

Vázquez, R. (2018). El museo, decolonialidad y el fin de la contemporaneidad. *Otros Logos: Revista de Estudios Críticos*, (9), 46–61.

Walsh, C. (2007). ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómaditas (Col)*, (26), 102–113. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011>